



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA



**UFSC NA MÍDIA - CLIPPING
09 de agosto de 2012**

A Notícia - Estado

“Greve mantida: UFSC rejeita a proposta do governo”

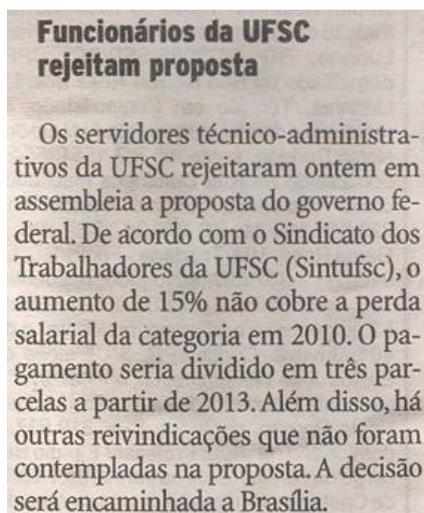
Servidores técnico-administrativos / UFSC / Proposta do governo / Greve / Sintufsc /
Instituto Federal de Santa Catarina - IF-SC



Diário Catarinense - Geral

“Funcionários da UFSC rejeitam proposta”

Servidores técnico-administrativos / UFSC / Proposta do governo / Greve / Sintufsc



Diário Catarinense - Agenda

"Cultura açoriana"

Herança cultural / Arquipélago dos Açores / Mostra *Cinco Olhares Sobre a Cultura Açoriana* / Plínio Verani / Elias Andrade / Soli / Hassis / Neri Andrade / Espaço Cultural do NEA – UFSC



Diário Catarinense - Informe Político

"Atraso"

Professor de Arquitetura Lino Peres / PT / Candidatura impugnada / Vereador / UFSC



Diário Catarinense - Visor

"Dois em um"

Justiça Federal / Ronaldo Marques de Araújo / Improbidade administrativa / Procurador Federal da UFSC

DOIS EM UM

A Justiça Federal condenou o procurador aposentado Ronaldo Marques de Araújo pela prática de atos de improbidade administrativa ao exercer a advocacia privada simultaneamente com o cargo de procurador federal da UFSC. Cabe recurso.

Diário Catarinense - Editorial

"Desintegração da Serrinha"

Doação de terreno / UFSC / Serrinha / Ação de reintegração de posse

Desintegração da Serrinha

ALEXANDRE LOPES DA ROSA *

Em 1962, o município de Florianópolis doou à União um terreno, para fins de instalação de uma universidade federal em solo catarinense. No entanto, de parte desta gleba, que a princípio seria destinada para a construção de hospedagem para acadêmicos, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) nunca, de fato, tomou posse. Nesta área, já à época da doação, famílias residiam e, ao longo destes 50 anos, aumentaram. Hoje mais de cem famílias vivem na localidade denominada de Bairro da Serrinha.

O local, crescido à vista da universidade, foi em muitos momentos auxiliado pela própria instituição, que deslocou equipes de estudantes para desenvolverem projetos sociais, tendo em vista que a população ali instalada possui baixo poder aquisitivo.

Portanto, foi com estranheza que a população da Serrinha foi acordada, em 11 de julho deste ano, por oficiais de Justiça, a mando do juiz da 3ª Vara

Cível Federal, para serem citados em uma ação de reintegração de posse movida pela UFSC. Com a iniciativa, a UFSC pretende ser reintegrada à posse do terreno no bairro da Serrinha.

Quer a universidade derrubar mais de cem lares, onde residem pessoas honestas e trabalhadoras, ferindo princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, o direito à moradia e a função social da propriedade.

Certamente, a UFSC não parou para avaliar as drásticas consequências de uma eventual sentença que, embora improvável, dê procedência ao seu pedido, desalojando centenas de pessoas de suas residências, causando uma ferida social de difícil mensuração. Logo a universidade, considerada como o núcleo do conhecimento, que tanto ajudou os moradores da Serrinha, e que, costumeiramente, age com prudência em busca do bem-estar social... Neste caso, a instituição foi irreconhecível.

* Advogado

“Universidades federais: “Senado aprova cota social de 50%”

Senado Federal / Projeto de lei / Vagas em universidades federais / Escolas públicas / Cotas sociais e raciais / Deputada Federal Nice Lobão / Presidente Dilma Rousseff / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE / Câmara dos Deputados / Andifes

UNIVERSIDADES FEDERAIS

Senado aprova cota social de 50%

Projeto de lei reserva metade das vagas para candidatas que estudaram o ensino médio integralmente em escolas públicas

Brasília

O Senado aprovou ontem projeto de lei que prevê que 50% das vagas em universidades federais sejam reservadas para quem cursou o ensino médio integralmente em escolas públicas, unificando, assim, a divisão das vagas por cotas sociais e raciais.

De autoria da deputada federal Nice Lobão (PSD-MA), a proposta, já aprovada na Câmara, ainda tem de passar pela sanção da presidente Dilma Rousseff.

Dessa porcentagem, metade será destinada a estudantes cuja renda familiar é igual ou inferior a 1,5

salário mínimo por pessoa. Paralelamente, para os 50% de todas as vagas da instituição de ensino, serão aplicados também critérios raciais. Estudantes autodeclarados negros, pardos e indígenas terão cotas proporcionais ao número desse grupo de pessoas que vivem no Estado onde está localizada a universidade, com base em dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não importando a renda per capita do aluno.

Em São Paulo, por exemplo, aproximadamente 30% da população se declara negra, parda ou indígena. Já na Bahia, esse número chega aos cerca de 70%. No caso de não preenchimento dessa cota racial, as vagas

remanescentes serão ocupadas por estudantes que fizeram todo o ensino médio na rede pública.

Um ponto polêmico – mas já resolvido – do projeto de Lei foi o artigo que previa adotar como critério de seleção do cotista o “coeficiente de rendimento”, obtido por meio de média aritmética das notas do aluno. Senadores fecharam um acordo com o governo para que a presidente Dilma vetesse esse artigo e mantenha a seleção utilizando o vestibular, orientação do Ministério da Educação.

Essa foi uma estratégia para que o projeto fosse aprovado exatamente como votado pelos deputados. Caso sofresse alguma alteração, a proposta teria de voltar para a Câmara para

nova apreciação e atrasaria ainda mais a aprovação do projeto.

Um abalo na qualidade do ensino superior

O senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), o único a se posicionar contra o assunto, considera que essa lei trará “um abalo na qualidade de ensino das universidades federais que já não andam bem”. Para ele, a reserva de vagas nesses moldes é inconstitucional.

– Os colegas votaram a favor por medo da pressão dos chamados “movimentos” ligados ao governo. Sou contra essa diferenciação por raça. O branco pobre não é filho de senhor de escravos – disse.

O que muda

• A lei modificará todo o sistema de divisão de vagas das universidades federais. Hoje, quase todas elas utilizam algum sistema de cota social, racial ou de gênero, que deixarão de lado para adotar este modelo único. A lei não modifica em nada o sistema de admissão nas universidades estaduais nem nas particulares, que poderão continuar a escolher se adotam ou não algum sistema de cotas.

• A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) ainda não se posicionou oficialmente sobre o tema.

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

08/08/2012

Biblioraça Notícias

[Pré-Vestibular divulga resultado do processo seletivo](#)

Pré-Vestibular da UFSC / Secretaria de Estado da Educação / Selecionados / Matrículas

G1 - Santa Catarina Notícias

[Servidores da UFSC não aceitam a proposta de reajuste do governo](#)

Servidores técnico-administrativos / UFSC / Proposta do governo / Greve / Conselho Universitário

R7 Notícias Educação

[Professores continuam em greve na UFSC](#)

Professores / Servidores técnico-administrativos / UFSC / Greve / Conselho Universitário

Folha de São Paulo Mercado

[Aprovado plano que norteará expansão do porto de Paranaguá](#)

Porto de Paranaguá / Conselho de Autoridade Portuária / Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado de Paranaguá – PDZPO / Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina –Appa / UFSC

09/08/2012

Notisul Colunas - Cristiano Carrador

[Mérito](#)

Artigos publicados / Curso de especialização na UFSC / Coordenadoras pedagógicas do Ceja / Lucimar Jeremias Longuinho / Sandra Regina Hoepers Waterkemper